



CÂMARA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**:

O Bolsa Família registrou, em 2025, a saída de mais de 2 milhões de famílias. Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social apontam que a redução está ligada principalmente ao aumento de renda e à reestruturação das regras de permanência. Em outubro, o programa atendeu 18,9 milhões de lares, menor marca desde o início do atual governo e também o nível mais baixo desde julho de 2022.

Entre as 2,06 milhões de famílias que deixaram o Bolsa Família neste ano, 1,3 milhão teve o benefício encerrado por aumento da renda familiar. Outras 726,7 mil saíram após o fim do período da regra de proteção, que permite a permanência temporária no programa com o recebimento de metade do valor por até um ano. O Bolsa Família é voltado a famílias com renda *per capita* de até R\$ 218 mensais. Quando o domicílio passa desse limite, mas permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente para garantir a transição até a autonomia financeira.

“Quem entra no Bolsa Família só sai para cima, seja porque conquistou uma renda maior com o trabalho, seja porque abriu o próprio negócio.”, afirmou o ministro Wellington Dias. A saída de beneficiários coincide com a melhora do mercado de trabalho. Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), 58% das novas vagas formais abertas no primeiro semestre foram preenchidas por pessoas inscritas no Bolsa Família. Levantamento do Sebrae mostra ainda que 55% dos microempreendedores individuais (MEIs) registrados no Cadastro Único começaram a empreender após entrarem no sistema social.

A redução do número de famílias beneficiadas ganhou força a partir de maio, quando o governo alterou os critérios da regra de proteção. As novas diretrizes reduziram o prazo e o teto para permanência, o que ajudou a enxugar o programa e a focalizar os recursos nas famílias mais vulneráveis. Para o governo, o movimento de saída de beneficiários representa um sinal de amadurecimento do programa. “É um caminho sustentável. Quanto mais avançarmos em educação e oportunidades, mais seguro será o futuro das famílias brasileiras”, disse Wellington Dias, destacando que o objetivo é transformar o Bolsa Família em uma política de transição, e não de dependência.

(Marina Verenicz. *Com aumento de renda, 2 milhões de famílias deixam o Bolsa Família em 2025.* <https://www.infomoney.com.br>).
29.10.2025 Adaptado)

- 01.** De acordo com informações do texto, é correto afirmar sobre o Bolsa Família que
- (A) mais de 2 milhões de pessoas tiveram de ser desassistidas do programa porque deixaram de cumprir os requisitos para receberem o benefício, entre eles, a regularização em emprego formal.
 - (B) o programa já é tido como uma política de transição, com critério de permanência por apenas alguns meses, para que os beneficiados não se tornem dependentes do auxílio.
 - (C) o governo afirma que houve independência financeira por parte das famílias, quando, na verdade, mais da metade das famílias deixou o programa porque o governo reduziu o teto salarial.
 - (D) o programa contribui para que as famílias inscritas alcancem autonomia financeira, considerando, por exemplo, a possibilidade que elas têm de empreender depois que entram no sistema.
 - (E) mesmo com o aquecimento do mercado, 42% das famílias inscritas no programa deixam de se candidatar a vagas de empregos formais, sob o risco de perderem o benefício assistencial.
- 02.** Considerando o sentido do texto, diante do cenário reportado em relação ao programa social, as citações do ministro Wellington Dias representam uma postura
- (A) cética.
 - (B) ardilosa.
 - (C) hesitante.
 - (D) auspiciosa.
 - (E) repreensiva.
- 03.** No contexto em que estão inseridos, os termos destacados no trecho “Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social apontam que a redução está ligada **principalmente** ao aumento de renda e à **reestruturação** das regras de permanência.” (1º parágrafo) podem ser substituídos, correta e respectivamente, por
- (A) ocasionalmente; reorganização.
 - (B) especialmente; preservação.
 - (C) fortuitamente; reformulação.
 - (D) mormente; preservação.
 - (E) sobretudo; alteração.

04. Está empregada em sentido figurado a palavra destacada em:
- (A) Em outubro, o programa atendeu 18,9 milhões de **lares**... (1º parágrafo)
 - (B) ... permite a permanência **temporária** no programa... (2º parágrafo)
 - (C) A **saída** de beneficiários coincide com a melhora do mercado de trabalho. (3º parágrafo)
 - (D) A redução do número de **famílias** beneficiadas ganhou força a partir de maio... (4º parágrafo)
 - (E) ... e a focalizar os recursos nas famílias mais **vulneráveis**. (4º parágrafo)
05. Assinale a alternativa em que o acréscimo de vírgula ao trecho do texto preserva a norma-padrão de pontuação.
- (A) ... menor marca desde o início do atual, governo... (1º parágrafo)
 - (B) o benefício é mantido parcialmente, para garantir a transição até a autonomia financeira. (2º parágrafo)
 - (C) “Quem entra no Bolsa Família, só sai para cima...” (3º parágrafo)
 - (D) Levantamento do Sebrae mostra ainda que, 55% dos microempreendedores individuais ... (3º parágrafo)
 - (E) ... o movimento de saída de beneficiários representa, um sinal de amadurecimento do programa. (4º parágrafo)
06. No trecho do 2º parágrafo “Entre **as 2,06 milhões de famílias** que deixaram o Bolsa Família neste ano...”, a expressão destacada está reescrita, em conformidade com o sentido do texto e a norma-padrão da língua portuguesa, em:
- (A) os dois milhões e seis famílias
 - (B) os dois milhões e seis mil famílias
 - (C) as duas milhões e sessenta de famílias
 - (D) as duas milhões e seiscentas de famílias
 - (E) os dois milhões e sessenta mil de famílias
07. O trecho “Quando o domicílio passa desse limite, mas permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...” (2º parágrafo) pode ser reescrito, sem prejuízo para o sentido do texto, da seguinte maneira:
- (A) Se o domicílio passar desse limite, porém permanecer abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (B) Ao passo que o domicílio passe desse limite, portanto permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (C) Sempre que o domicílio passa desse limite, sem que permaneça abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (D) Enquanto o domicílio passa desse limite, ou permanece abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
 - (E) De modo que o domicílio passe desse limite, ainda que permaneça abaixo de R\$ 706, o benefício é mantido parcialmente...
08. Está em conformidade com a norma-padrão de concordância a seguinte frase:
- (A) Ainda que não seja monetariamente suficiente, os recursos do Bolsa Família tem cumprido seu papel social.
 - (B) Está claro para o governo brasileiro a capacidade de ascensão econômica que as famílias assistidas tem.
 - (C) Existem várias razões para que milhões de famílias no Brasil tenham deixado o Bolsa Família em 2025.
 - (D) Destaca-se nesse cenário aqueles que, não conseguindo um emprego formal, partiu para o empreendedorismo.
 - (E) O programa Bolsa Família é necessária para o combate à miséria no país, ainda que recebam diversas críticas.



(Bob Thaves. Frank & Ernest.
<https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>. 20.10.2025)

09. Assinale a alternativa em que a frase está redigida conforme a norma-padrão de regência e crase.

- (A) A tira trata à ausência do plano de redução do déficit nos debates como um caso de desaparecimento.
- (B) A tira refere-se às imagens de desaparecidos na caixa de leite, ao tratar do plano de redução de déficit.
- (C) A tira critica às promessas feitas pelos governantes que desaparecem dos debates com o tempo.
- (D) A tira reconhece à falta de uma política pública que trate da redução do déficit orçamentário.
- (E) A tira analisa à ausência do plano de redução de déficit quando se propõe o debate sobre o orçamento.

10. A resposta à pergunta que consta na tira pode ser reescrita, respeitando o sentido e a norma-padrão, da seguinte forma:

- (A) Dias atrás tinha visto-o numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (B) Dias atrás tinha visto-lhe numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (C) Dias atrás tinha-o visto numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (D) Dias atrás tinha-lhe visto numa foto estampada em uma caixa de leite.
- (E) Dias atrás o tinha visto numa foto estampada em uma caixa de leite.

11. O saldo bancário de Manoela, em determinado dia era X.

Seguem três movimentações feitas por Manoela:

1ª movimentação: retirada de $\frac{1}{25}$ de X.

2ª movimentação: depósito de um valor equivalente a $\frac{1}{3}$ do saldo vigente.

3ª movimentação: retirada de $\frac{1}{16}$ do saldo vigente.

Após essas movimentações, o saldo X foi alterado e agora é um valor

- (A) 20% menor do que X.
- (B) 10% menor do que X.
- (C) igual a X.
- (D) 10% maior do que X.
- (E) 20% maior do que X.

12. Em um parque de diversões havia duas rodas gigantes, postadas paralelamente uma a outra, e com tempos diferentes para completar uma volta. Breno entrou na roda, que gastava 15 segundos para dar uma volta, e Beatriz entrou na outra roda, que gastava 25 segundos a cada volta. As duas rodas iniciaram seus giros ao mesmo tempo com Breno e Beatriz sentados na posição inicial, cada um em sua respectiva roda. Durante os giros, Breno e Beatriz coincidem algumas vezes na posição inicial, até que, ao coincidirem, nessa posição, pela 4ª vez, as rodas param e eles saem.

Desse modo, é correto afirmar que o número de voltas a mais dadas pela roda de Breno, em relação ao número de voltas dadas pela roda de Beatriz, é igual a

- (A) 16.
- (B) 12.
- (C) 10.
- (D) 8.
- (E) 6.

13. Dois preços são tais que o preço de F é 10% a mais do que o preço de G. Se o preço de F cair 10%, qual deve ser a porcentagem de aumento do preço G para que o novo preço de G seja 10% a mais do que o novo preço de F?

- (A) 10,1%
- (B) 9,8%
- (C) 8,9%
- (D) 8,1%
- (E) 7,8%

14. Uma empresa possui em seu quadro de funcionários, 60 homens e 84 mulheres. Dentre esses homens, a razão entre aqueles que têm menos que 30 anos e os que têm 30 anos ou mais é $\frac{2}{3}$ e essa mesma razão, entre essas mulheres, é $\frac{3}{4}$.

Se o grupo todo de funcionários for considerado, a razão, entre pessoas com menos de 30 anos e o total de funcionários, é igual a:

- (A) $\frac{5}{12}$
- (B) $\frac{9}{13}$
- (C) $\frac{5}{7}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{7}{8}$
15. O lucro da venda de uma empresa será repartido em partes diretamente proporcionais às cotas dos três sócios. O sócio majoritário possuía 8 cotas, um segundo sócio, 4 cotas, e o terceiro sócio, 3 cotas. O terceiro sócio doou, sua parte desse lucro, igualmente para os seus três filhos. A fração do lucro da venda que cada um desses filhos recebeu é igual a:

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{1}{5}$
- (C) $\frac{1}{12}$
- (D) $\frac{1}{15}$
- (E) $\frac{1}{18}$

16. Se 12 pessoas executariam, conjuntamente, uma tarefa em 3 horas e 20 minutos, quantas pessoas a mais seriam necessárias, para que executassem essa mesma tarefa, em um tempo de 50 minutos a menos do que o tempo mencionado anteriormente? Suponha que todas possuem a mesma produtividade de trabalho.

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 8.
- (D) 16.
- (E) 20.

17. O perímetro de um terreno em forma de quadrilátero é igual a 74,25 m. Das relações entre as medidas dos lados, sabe-se que um deles mede x m, outro mede

$$\left(\frac{x}{2} - 1\right) \text{ m, o terceiro lado mede } 2 \cdot \left(x - \frac{1}{2}\right) \text{ m e o quarto}$$

lado mede $(3x - 5)$ m.

A diferença entre a medida do maior lado e a medida do menor lado é

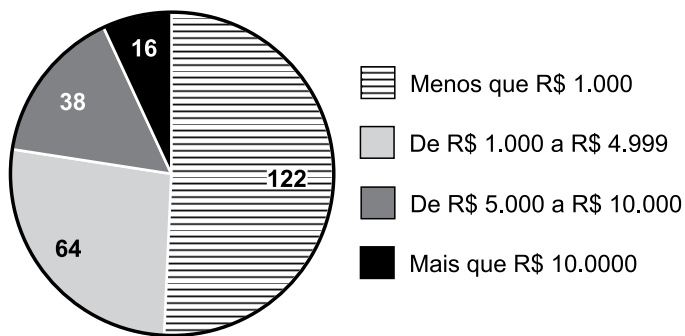
- (A) 22,75 m.
- (B) 24,5 m.
- (C) 25,0 m.
- (D) 26,8 m.
- (E) 27,25 m.

18. Por conta de mau tempo, uma viagem durou 5 horas e 42 minutos. Sabe-se que em situação normal, a velocidade média dessa viagem seria o triplo da velocidade média, nesse dia, sendo assim o tempo de viagem, nessa situação normal, seria igual a

- (A) 1 hora e 58 minutos.
- (B) 1 hora e 54 minutos.
- (C) 1 hora e 50 minutos.
- (D) 1 hora e 48 minutos.
- (E) 1 hora e 44 minutos.

19. Considere o gráfico a seguir:

Número de devedores por faixa (em R\$)



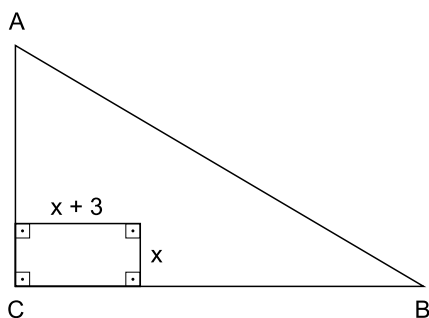
(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Ao observar o gráfico de devedores de uma loja de empréstimos, o gerente decidiu fazer uma campanha para diminuir a inadimplência. Como resultado dessa campanha, 42 devedores da faixa daqueles que devem menos do que R\$ 1.000 quitaram suas dívidas, dentre aqueles que devem mais do que R\$ 10.000 o número subiu para 18. Não houve alteração do número de devedores nas demais faixas.

Se um novo gráfico de setores for construído com essas alterações, a medida do ângulo central que representa aqueles que devem menos que R\$ 1.000, será menor do que a respectiva medida no gráfico anterior, em:

- (A) 28°
- (B) 32°
- (C) 35°
- (D) 39°
- (E) 42°

20. A figura a seguir, fora de escala, representa um terreno em formato de um triângulo retângulo ABC, com uma demarcação interna no formato de um retângulo. O perímetro do retângulo é de 18 m, e no triângulo ABC a medida do lado AB é $(8x + 2)$ m e do lado AC é $(x + 7)$ m.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Excluindo a demarcação retangular, é correto afirmar que a área do terreno é de

- (A) 120 m^2 .
- (B) 108 m^2 .
- (C) 102 m^2 .
- (D) 98 m^2 .
- (E) 92 m^2 .

LEGISLAÇÃO

21. Considere que o Prefeito do Município de Alumínio/SP pretende contrair empréstimo (operação de crédito) junto à instituição de fomento internacional, com o objetivo de financiar a aquisição e a instalação de placas solares destinadas à geração de energia para uso nos prédios públicos municipais. Após a divulgação da notícia na imprensa local, o Presidente da Câmara Municipal convoca reunião com os servidores técnicos da Casa a fim de verificar se a realização da operação de crédito depende, ou não, da autorização do Poder Legislativo.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, os profissionais presentes à reunião deve afirmar, corretamente, que a operação de crédito

- (A) deve ser aprovada pela Câmara Municipal, mediante a expedição de resolução do presidente da Casa.
- (B) não precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo, por se tratar de competência privativa do Poder Executivo.
- (C) não precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo, pois compete exclusivamente ao Senado Federal validar operações de crédito externas.
- (D) não pode ser realizada, pois o Município não tem autorização para contrair empréstimos fora do País.
- (E) pode ser realizada, desde que aprovada lei por meio de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

22. A respeito das regras de funcionamento da Câmara Municipal, com base na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, assinale a alternativa correta.

- (A) As reuniões extraordinárias são convocadas, privativamente, pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara.
- (B) A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de Lei Orçamentária.
- (C) As sessões da Câmara Municipal serão públicas, salvo deliberação em contrário, da maioria dos seus membros, e desde que haja motivo público relevante.
- (D) Nas sessões legislativas extraordinárias, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada e para a análise das medidas provisórias, que estejam pendentes de apreciação.
- (E) Em face do formalismo ínsito às sessões solenes, estas devem ser realizadas exclusivamente no recinto da Câmara Municipal.

23. É início de legislatura, e os setores de Contabilidade e Controle Interno da Câmara Municipal estão promovendo cursos de capacitação destinados aos profissionais que integrarão os gabinetes dos Vereadores recém-empossados. O objetivo é oferecer um panorama geral sobre as regras de funcionamento do Poder Legislativo. Durante as aulas, alguns participantes têm manifestado diversas dúvidas acerca da forma e dos limites da atuação da Câmara Municipal no exercício do controle externo sobre o Poder Executivo.

Com base nesse contexto e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, os instrutores afirmam, corretamente, que

- (A) a Câmara Municipal não pode apreciar as contas do Prefeito, pois estas são julgadas pelo Tribunal de Contas.
- (B) a Câmara Municipal deve tomar e julgar as contas do Prefeito Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas.
- (C) a Câmara Municipal possui a competência para apreciar as contas apresentadas pelo Prefeito e também as fornecidas pela Mesa da Própria Câmara.
- (D) a Câmara Municipal possui a atribuição de julgar as contas do Prefeito, mas não dos demais administradores e responsáveis por bens e valores públicos, que serão apreciadas pelo Tribunal de Contas.
- (E) o controle externo será exercido sobre as contas do Prefeito, apenas caso comprovada a inoperância dos mecanismos de controle interno e da atuação do Tribunal de Contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

24. Considere que o Prefeito apresentou projeto de lei destinado a alterar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, com o intuito de adequar diversas de suas regras, no âmbito municipal, aos padrões adotados pela União. O processo legislativo contendo a proposição foi recebido pelo Presidente da Câmara Municipal, que, em razão da relevância e da especificidade do tema, convoca reunião com Joana, servidora efetiva da Casa, para analisar as condições para seu regular prosseguimento.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, Joana deve afirmar corretamente que

- (A) a proposta possui vício de iniciativa, pois o Poder Executivo não pode iniciar projeto de lei com esse tema.
- (B) o projeto de lei, na verdade, é desnecessário, pois compete ao Prefeito dispor sobre o assunto por Decreto.
- (C) o projeto, para ser aprovado, precisa da concordância da maioria simples dos membros da Câmara, e poderia ter sido proposto por vereador, pois não se trata de tema de iniciativa reservado ao Prefeito.
- (D) para ser aprovada, a proposta precisa contar com voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (E) a medida precisa ser objeto de lei complementar, cuja aprovação deve ser realizada por voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

25. Com relação ao regime jurídico do zoneamento urbano, na forma da Lei Orgânica do Município de Alumínio/SP, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei de zoneamento urbano somente poderá ser alterada uma vez em cada ano.
- (B) Compete à Câmara Municipal aprovar projetos de zoneamento para fins urbanos, dependendo do voto favorável da maioria relativa de seus membros.
- (C) Os projetos de lei sobre zoneamento urbano, para serem aprovados, precisam de voto favorável de três quintos dos membros da Câmara.
- (D) Compete ao Prefeito, mediante Decreto, estabelecer as normas de zoneamento urbano, respeitados os parâmetros fixados no Estatuto da Cidade.
- (E) O zoneamento urbano deve ser disciplinado no Plano Diretor, que deverá ser revisto a cada dois anos.

26. A realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos é um exemplo da seguinte espécie de controle da Administração Pública:

- (A) controle interno.
- (B) controle judicial.
- (C) controle social.
- (D) controle constitucional.
- (E) controle contábil.

27. Os Tribunais de Contas são órgãos especializados de auxílio ao Poder Legislativo na atividade de controle externo.

A esse respeito, é correto afirmar que os Tribunais de Contas

- (A) são parte integrante do Poder Legislativo, estando a ele subordinado.
- (B) são competentes para cobrar em juízo as multas de sua aplicação.
- (C) exercem atividade tipicamente jurisdicional e não atividade administrativa.
- (D) têm o poder de sustar atos administrativos se verificada ilegalidade.
- (E) podem anular contratos assinados com violação dos princípios da Administração.

28. Uma empresa de construção, buscando agilizar a liberação de licenças para um empreendimento imobiliário, instrui um de seus funcionários a oferecer uma viagem ao exterior, custeada pela empresa, a um servidor público do órgão responsável pela emissão dessas licenças. O funcionário, agindo em nome da empresa, realiza a oferta, a qual não é aceita pelo servidor.

Nesse contexto, é correto afirmar, com base na Lei nº 12.846/2013:

- (A) a empresa poderá ser responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos praticados pelo funcionário em seu interesse e benefício.
- (B) não se pode falar em responsabilização da construtora, uma vez que a vantagem prometida não chegou a ser aceita pelo servidor público.
- (C) em razão do princípio do *non bis in idem*, penalidade aplicada com base nessa lei deve ser absorvida por penalidade aplicada em âmbito criminal ao mesmo fato.
- (D) não é possível a responsabilização da construtora, pois não se pode falar em dolo na ação de pessoas jurídicas no direito brasileiro.
- (E) essa lei prevê as penas de natureza criminal aplicáveis aos autores de crimes contra a Administração Pública, tais como corrupção ativa, corrupção passiva e peculato.

29. Uma empresa de tecnologia avançada solicita, com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o acesso a um relatório técnico detalhado sobre um novo sistema de segurança de comunicações para autoridades públicas, desenvolvido por um departamento de pesquisa do governo federal. O relatório contém informações estratégicas sobre a arquitetura do sistema e protocolos de segurança, além de seções mais simples, que trazem informações de conhecimento geral sobre os requisitos de *hardware* e *software*. A empresa argumenta que precisa dessas informações para desenvolver soluções compatíveis com as futuras demandas do setor público.

Diante dessa situação, e considerando o disposto na Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar:

- (A) a justificativa dada pela empresa para solicitação do relatório é compatível com a exigência legal de justificativa do pedido de acesso à informação.
- (B) a lei de acesso à informação garante a qualquer cidadão pessoa física, mas não às empresas, o direito de solicitar acesso a informação mantida por órgão público.
- (C) a concessão à empresa do acesso ao relatório requerido transfere o dever de proteção da informação de natureza pública a ela.
- (D) caso o sistema tivesse sido desenvolvido por empresa privada por solicitação do governo e não por departamento próprio do governo, não estaria o relatório sujeito à publicidade.
- (E) a lei autoriza a divulgação do relatório com a ocultação das partes consideradas sigilosas pela Administração, em razão de segredo industrial necessário à proteção do Estado.

30. Determinado município ajuizou uma ação de improbidade administrativa, de caráter preventivo, visando impedir que ocorra um dano ao meio ambiente dentro do território municipal.

Considerando essa situação meramente hipotética, bem como o disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que o ajuizamento da referida ação

- (A) está em desacordo com a lei, pois, embora a ação de improbidade possa ter como objeto a proteção do meio ambiente, ela não pode ser ajuizada em caráter preventivo.
- (B) está de acordo com a lei, tendo em vista que o seu objeto está previsto no referido diploma normativo e a ação pode ser ajuizada pelo município em caráter preventivo.
- (C) está em desacordo com a lei, pois, embora a ação de improbidade possa ser utilizada de forma preventiva, ela não pode ser ajuizada pelo município.
- (D) está em desacordo com a lei, pois qualquer tipo de ação para proteção do meio ambiente somente pode ser ajuizada pelo Ministério Público.
- (E) está em desacordo com a lei, pois a ação de improbidade não pode ser ajuizada em caráter preventivo nem para proteção do meio ambiente.

31. Em um processo licitatório, considerando o disposto expressamente na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), ao final da fase preparatória, o processo, em regra, deve

- (A) seguir para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
- (B) ser analisado pelos órgãos de controle interno da Administração, que deverão aprovar ou rejeitar as propostas apresentadas pelos licitantes.
- (C) ter a divulgação do respectivo edital determinada pela autoridade competente, e, depois, deverá ser encerrada a instrução sob os aspectos técnico e jurídico.
- (D) ficar aguardando a manifestação dos licitantes se todos estão de acordo com o procedimento ou se teriam alguma impugnação a ser apresentada.
- (E) avançar diretamente para a fase de apresentação de propostas e lances, por meio de audiência específica para essa finalidade.

32. Conforme a lei que disciplina a concessão de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995), o poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Todavia, se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, a mencionada lei estabelece que

- (A) o poder concedente deverá renovar o decreto de intervenção, corrigindo as falhas do primeiro, e promover nova intervenção de acordo com os termos da legislação.
- (B) será declarada a nulidade da intervenção, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.
- (C) a intervenção deverá se encerrar ao término do seu prazo, mas não poderá ser renovada, devendo o poder concedente indenizar a concessionária por eventuais prejuízos causados.
- (D) será declarada a nulidade da intervenção, devendo o serviço ser encampado pelo poder concedente e a concessionária ser indenizada pelos danos ocorridos.
- (E) será declarada a nulidade da intervenção, devendo o contrato de concessão ser extinto e a concessionária ser indenizada pelo prazo restante do contrato não cumprido.

33. Segundo o disposto na Lei nº 11.079/2004 (Lei de Parcerias Público-Privadas), é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo

- (A) valor do contrato seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- (B) período de prestação do serviço seja superior a 5 (cinco) anos.
- (C) período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.
- (D) objeto seja unicamente o fornecimento de mão de obra.
- (E) objeto do contrato seja de concessão na modalidade patrocinada.

34. Considere as seguintes informações, em R\$, relativas a uma entidade pública durante o último mês:

Despesas realizadas:

- Aquisição de três empilhadeiras novas – 1.230.000,00
- Pagamento de material de consumo: gêneros alimentícios – 205.500,00
- Pagamento de serviços de pintura predial na Escola Municipal ABC – 106.000,00
- Pagamento do aluguel do Centro de Saúde – 57.400,00
- Aquisição de dez computadores novos – 28.800,00

De acordo com as informações apresentadas, as variações patrimoniais diminutivas do período somam, em R\$:

- (A) 1.258.800,00
- (B) 397.700,00
- (C) 311.500,00
- (D) 368.900,00
- (E) 1.364.800,00

35. Assinale a alternativa na qual as transações correspondem, no setor público, a ingressos extraorçamentários (receita extraorçamentária) e ingressos orçamentários (receita orçamentária), respectivamente.

- (A) Consignações em folha de pagamento e depósitos em caução para execução de obras públicas.
- (B) Arrecadação de multas não previstas na Lei Orçamentária Anual e consignações em folha de pagamento.
- (C) Operação de crédito interna e ganhos com alienação de bens do imobilizado.
- (D) Recebimento de crédito inscrito em dívida ativa e arrecadação de impostos.
- (E) Depósitos em caução para execução de obras públicas e arrecadação de impostos.

36. Em conformidade com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o registro contábil da liquidação da despesa referente à aquisição de impressoras em uma Prefeitura Municipal exige lançamento simultâneo em contas de natureza
- (A) patrimonial, financeira e fiscal.
 - (B) orçamentária e de compensação.
 - (C) orçamentária e fiscal.
 - (D) de compensação e financeira.
 - (E) orçamentária, patrimonial e de controle.

37. Considere as seguintes informações relativas ao último exercício financeiro de uma Prefeitura Municipal:

Aprovação da Lei Orçamentária Anual

- Receita prevista: R\$ 1.584.000,00
- Despesa fixada: R\$ 1.584.000,00

Execução da Lei Orçamentária Anual

- Lançamento de impostos: R\$ 792.000,00, com arrecadação de 70% desse valor
- Empenho, liquidação e pagamento de aquisição de imóvel no valor de R\$ 432.000,00
- Empenho e liquidação de serviços de manutenção veicular no valor de R\$ 345.000,00
- Depósito em caução para construção de obra pública: R\$ 144.000,00
- Operação de crédito interna: R\$ 800.000,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, no Balanço Orçamentário da Prefeitura relativo ao período citado, as receitas realizadas totalizaram, em R\$:

- (A) 1.354.400,00
- (B) 792.000,00
- (C) 554.400,00
- (D) 1.114.400,00
- (E) 1.592.000,00

38. Em determinada municipalidade, a Administração Pública opta pela substituição de servidores públicos por mão de obra terceirizada.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, essa despesa será contabilizada como

- (A) “Outras Despesas de Pessoal”, compondo a despesa total com pessoal, que não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida do município, em cada período de apuração.
- (B) “Despesa Obrigatória de Caráter Continuado”, compondo a despesa total com pessoal, que não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida do município, em cada período de apuração.
- (C) “Outras Despesas de Serviços”, excluída do cálculo da despesa total com pessoal, que não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida do município, em cada período de apuração.
- (D) “Despesa Obrigatória de Caráter Continuado”, excluída do cálculo da despesa total com pessoal, que não poderá exceder o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida do município, em cada período de apuração.
- (E) “Outras Despesas de Pessoal”, excluída do cálculo da despesa total com pessoal, que não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida do município, em cada período de apuração.

39. Ao elaborar a lei orçamentária anual (LOA) para o próximo ano, um município paulista deverá atentar para dois princípios que devem ser observados nesse procedimento: (I) deve compreender todas as receitas e despesas orçamentárias de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo município e (II) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

Essas exigências refletem, respectivamente, os seguintes princípios orçamentários:

- (A) unidade e exclusividade.
- (B) universalidade e exclusividade.
- (C) exclusividade e totalidade.
- (D) universalidade e especificidade.
- (E) unidade e especificidade.

40. A Constituição Federal dispõe que esse projeto deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Trata-se do projeto da lei

- (A) de transferência voluntária de recursos.
- (B) que institui o plano plurianual.
- (C) das emendas individuais impositivas.
- (D) de diretrizes orçamentárias.
- (E) orçamentária anual.

41. Um município do Estado de São Paulo aprova o perdão do total das dívidas (principal, juros e multas) decorrentes do não pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para contribuintes de baixa renda em situação de vulnerabilidade social.

Essa situação hipotética configura um caso de

- (A) exclusão do crédito tributário: a anistia.
- (B) exclusão do crédito tributário: a remissão.
- (C) extinção do crédito tributário: a isenção.
- (D) extinção do crédito tributário: a remissão.
- (E) extinção do crédito tributário: a anistia.

42. Um município paulista opta por prestar serviço de remoção de resíduos e reciclagem do que pode ser aproveitado, cobrando de seus contribuintes um tributo por tal serviço.

Diante dessa hipótese, poderá cobrar-se

- (A) contribuição social, pois é possível identificar a utilização efetiva desse serviço público pelo contribuinte.
- (B) contribuição social, pois não se trata de um serviço público divisível.
- (C) contribuição de melhoria, pois há um aprimoramento na prestação de serviços ao público.
- (D) imposto, criado já com direcionamento específico para essa finalidade.
- (E) taxa, pois se trata de um serviço posto à disposição do contribuinte.

AUDITORIA

43. Logo ao assumir o mandato, um prefeito colocou em prática uma de suas promessas de campanha, qual seja, a reorganização da estrutura administrativa do Poder Executivo daquele município. Entre as mudanças, foi criada uma secretaria municipal. Posteriormente, essa nova pasta foi submetida à fiscalização por órgão de controle na qual, inicialmente, buscou-se conhecer sua organização e funcionamento.

Esse tipo de fiscalização é denominado

- (A) requisição de informações.
- (B) inspeção.
- (C) acompanhamento.
- (D) levantamento.
- (E) monitoramento.

44. Diferentemente da auditoria externa, a auditoria interna

- (A) conta com um profissional independente não pertencente à entidade auditada.
- (B) realiza exame dos controles operacionais.
- (C) é executada de forma periódica, ou seja, pontualmente.
- (D) emite como relatório principal um parecer sobre as demonstrações financeiras da entidade.
- (E) tem como principal interessado o público em geral.

45. Utilizar amostragem estatística ou não estatística é uma questão de julgamento do auditor, a qual fornecerá base razoável para ele concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.

Na amostragem estatística, o método de seleção da amostra em que são selecionados itens em intervalos fixos (ou constantes) após um ponto de partida aleatório é denominado seleção

- (A) aleatória.
- (B) de bloco.
- (C) sistemática.
- (D) estratificada.
- (E) ao acaso.

46. Em resposta à consulta de um auditor, uma instituição financeira respondeu por escrito que discorda das informações fornecidas relativas aos saldos da empresa auditada.

Esse procedimento de auditoria é denominado

- (A) circularização.
- (B) conciliação.
- (C) revisão analítica.
- (D) observação.
- (E) entrevista.

47. Na Matriz de Achados, o atributo

- (A) “critério” diz respeito à situação existente, identificada e documentada durante a fase de execução da auditoria.
- (B) “efeito” diz respeito a ações que o auditor solicita que sejam adotadas com a finalidade de corrigir desconformidades e aperfeiçoar processos.
- (C) “boas práticas” diz respeito às melhorias esperadas com a implementação das recomendações e determinações.
- (D) “situação encontrada” diz respeito ao padrão utilizado para avaliar se o objeto auditado atende, está além ou aquém do desempenho esperado.
- (E) “evidências” diz respeito às informações coletadas, analisadas e avaliadas pelo auditor para apoiar os achados e as conclusões do trabalho de auditoria.

48. Ao analisar as demonstrações contábeis de uma entidade, um auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluiu que as distorções encontradas são relevantes e generalizadas.

Com base nisso, o relatório desse auditor trará

- (A) opinião não modificada.
- (B) opinião especial.
- (C) opinião adversa.
- (D) opinião com ressalva.
- (E) abstenção de opinião.

LEGISLAÇÃO

49. No mês de novembro de 2025, o setor de contabilidade da Câmara Municipal de X está organizando o cronograma de pagamentos a serem efetuados até o final do exercício, considerando os compromissos assumidos ao longo do ano e as obrigações do órgão relativas às despesas de pessoal. Constatou-se, entretanto, uma possível dificuldade para honrar todos os débitos, uma vez que as projeções utilizadas na elaboração do orçamento não se concretizaram e que a arrecadação do município foi inferior à inicialmente estimada. Diante dessa situação, e temendo eventuais responsabilidades pessoais por atos praticados em desconformidade com a legislação, o setor de contabilidade solicita uma reunião com o órgão de controle interno.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 4.320/1964, o controlador interno poderá informar, corretamente:

- (A) a Lei nº 4.320/1964 não prevê a possibilidade de atuação dos órgãos de controle interno no controle prévio da execução orçamentária, razão pela qual o controlador interno não pode oferecer orientações sobre os temas objeto de dúvida.
- (B) as despesas empenhadas em 2025 pertencerão a este exercício e deverão ser nele quitadas, sob pena de responsabilidade pessoal do ordenador de despesa.
- (C) os empenhos emitidos em 2025, caso não sejam pagos, deverão ser anulados, e as despesas deverão ser quitadas com a rubrica orçamentária correspondente, no exercício de 2026.
- (D) caso haja empenhos que corram à conta de créditos com vigência plurianual e que não tenham sido liquidados, eles somente serão computados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito.
- (E) as despesas não pertencem ao exercício financeiro em que foram empenhadas, mas sim ao exercício do respectivo pagamento, motivo pelo qual, ainda que emitido o empenho em 2025 e não havendo saldo financeiro para a quitação, o pagamento pode ser realizado em 2026, na conta de dotação orçamentária correspondente.

50. A respeito da figura do controlador, com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), assinale a alternativa correta.

- (A) O controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza a avaliação da legalidade do uso de dados pessoais, por terceiros.
- (B) O tratamento de dados pessoais, ressalvados os casos previstos em lei, deve ser precedido do fornecimento do consentimento do titular, e cabe ao controlador o ônus de comprovar que o consentimento foi obtido em conformidade com a lei.
- (C) O controlador não pode, em hipótese alguma, compartilhar dados pessoais sensíveis com outros controladores com o objetivo de obter vantagem econômica.
- (D) O controlador deve assegurar que o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes será realizado em seu melhor interesse e que será precedido do consentimento específico dado por todos os genitores ou representantes legais do menor.
- (E) O controlador não deve manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realize, por se tratar de obrigação legal reservada ao operador.

